

De agricultor a “agricultor silvicultor”: um novo paradigma para a conservação e uso de recursos florestais no Sul do Brasil

Alfredo C. Fantini¹ e Alexandre Siminski²

A exploração das florestas marcou a ocupação do território e alavancou o desenvolvimento inicial dos Estados da Região Sul do Brasil, através de um processo baseado no aproveitamento imediato das suas riquezas. Mas o que parece absolutamente irracional hoje, tinha uma certa lógica no período do desbravamento e ocupação do território: a floresta era um obstáculo à implantação das roças e das pastagens, vocação natural da terra na concepção do colonizador europeu.

A retirada de toda a madeira comercial de uma floresta em troca da área limpa, por exemplo, era uma prática comum nos anos 1950 e 1960. Assim, exceções à parte, aqueles desmatadores não eram exatamente o que se convencionou chamar atualmente de criminosos ambientais. A prática, socialmente aceita na época, revela a percepção de que áreas com lavouras ou pastagens significavam progresso, e que o manejo de espécies madeireiras, então, não era propriamente uma atividade para agricultores, mas para empresários especializados. Revela, também, a percepção, somente há uma ou duas décadas mitigada, de que as florestas eram inesgotáveis.

Outra percepção, esta ainda muito presente, é a da floresta como produtora de madeiras. Não é surpresa, então, que mesmo as florestas que não deram lugar a outros usos da terra fossem consideradas de pouco valor assim que as suas principais madeiras comerciais tivessem sido exploradas. Em uma sociedade que não reconhece, e portanto não remunera, os serviços ambientais proporcionados pelos agricultores através das suas florestas, deveria ser perfeitamente aceitável que eles não nutrissem grande preferência por esse uso da terra.

Mais recentemente, a legislação ambiental e a florestal, esta em particular, impuseram ainda outras restrições ao manejo das florestas, engrossando a lista de razões para que os agricultores não tenham interesse em manter os remanescentes florestais de suas propriedades. Esse quadro mostra que os agricultores, que poderiam ser os principais aliados na conservação da natureza, no mínimo não demonstram interesse em participar do processo como ocorre hoje, e são mesmo tidos como inimigos por grande parte dos conservacionistas. A estratégia do uso da força da lei para conservar os

recursos naturais tem se revelado um fracasso, pelo menos em relação à satisfação coletiva com os seus resultados. A insistência nessa estratégia, entretanto, possivelmente se deve ao fato de que esse ainda é o caminho mais fácil se comparado à complexa tarefa de promover conservação através do uso racional dos recursos florestais.

Mas a decisão de transformar as instituições públicas ambientais em agências promotoras do desenvolvimento rural através do uso de sistemas de manejo dos ecossistemas florestais ainda é extremamente oportuna. Um grande objetivo dessa mudança seria transformar o nosso agricultor em “agricultor silvicultor”. As universidades, instituições de pesquisa, ONGs e empresas privadas têm conhecimento e pessoal qualificado suficiente para dar suporte a essa estratégia – falta somente a decisão política de tomar a iniciativa.

Agricultor e floresta: boas parcerias são sempre possíveis

Formações florestais são sempre ecossistemas com alto potencial para combinar conservação e uso

¹Eng. agr., Ph.D., UFSC/Departamento de Fitotecnia, C.P. 476, 88034-900 Florianópolis, SC, fone: (48) 3721-5330, e-mail: afantini@cca.ufsc.br.

²Eng. agr., M.Sc., doutorando, UFSC/Departamento de Fitotecnia, fone: (48) 3721-5337, e-mail: alesiminski@yahoo.com.br.

de recursos. Não há florestas boas ou ruins, somente usos bons e ruins desses ecossistemas. Ou seja, qualidade não é uma característica intrínseca de um ecossistema; o uso que dele se faz é que pode ser de boa ou má qualidade. Em ambos os casos, os humanos são os únicos responsáveis pelas escolhas que fazem, e não podem esconder as falhas na sua relação com o meio físico sob supostos atributos desse meio.

Não há florestas boas ou ruins, somente usos bons e ruins desses ecossistemas

Assim, para cada ecossistema, qualquer que seja a sua condição, há um ou mais sistemas adequados de uso. A diversidade de ecossistemas é uma condição extremamente desejável para ambos os propósitos de conservação e uso de recursos naturais biológicos, e constitui a base da biodiversidade. Qualquer política ou plano de conservação e uso desses recursos deve abranger uma diversidade de ecossistemas, ou seja, a paisagem é um nível hierárquico a ser obrigatoriamente considerado na escolha das estratégias de uso dos recursos do meio.

O manejo da paisagem inclui todos os tipos de vegetação, e, de especial interesse neste documento, todos os tipos de formações florestais. Nesse sentido, o manejo das florestas remanescentes e plantações podem ser combinados, e mesmo combinados com outros usos da terra, para maximizar a diversidade de ecossistemas e o potencial produtivo das espécies florestais nas propriedades agrícolas e empresas florestais. Para a produção de madeira, um dos possíveis agrupamentos desses sistemas seria:

Manejo de florestas plantadas: a rápida disseminação do uso de espécies dos gêneros *Pinus* e

Eucalyptus em projetos de reflorestamento para fins comerciais não é surpreendente se consideradas as características dessas espécies, especialmente os fantásticos incrementos em volume de madeira alcançados, em parte devidos ao sucesso de programas de melhoramento genético que sofreram. O que é surpreendente é que muitas espécies nativas com grande potencial para substituí-las para muitos usos, com significativas vantagens do ponto de vista ambiental, não têm recebido a mesma atenção.

A combinação de usos específicos de espécies nativas cultivadas em locais com características específicas pode tornar o uso dessas espécies em escolha melhor que as exóticas. Por exemplo, a produção de lenha a partir do cultivo da bracatinga tem tido grande sucesso em um dos sistemas de produção de lenha mais antigos do Sul do País. Além disso, os importadores de produtos brasileiros estão cada vez mais atentos aos impactos ecológicos da presença de produtos florestais obtidos a partir de reflorestamentos com espécies exóticas, e começam a exigir compensações ambientais para esses produtos.

Dentro dessa categoria de manejo estão incluídas as espécies que possuem grande capacidade de crescimento e produção de biomassa mas que, acima de tudo, possuem características ecológicas que permitam utilizar as estratégias de plantios na condução de seus povoamentos. Os povoamentos, evidentemente, não precisam necessariamente ser puros; a mistura de espécies é possível e muitas vezes mesmo necessária. Além disso, a opção por sistemas agroflorestais e agrossilvipastoris pode trazer significativas vantagens ecológicas e econômicas.

Há que se considerar que todos os avanços conseguidos no campo da tecnologia devem ser acompanhados de avanços na regulamentação do seu uso. Impor restrições ao reflorestamento com espécies nativas, incluindo o seu manejo e uso dos produtos, como acontece com a bracatinga, por exemplo, é mais um desincentivo a reforçar a preferência de

agricultores e demais produtores pelas espécies exóticas.

A opção por sistemas agroflorestais e agrossilvipastoris pode trazer significativas vantagens ecológicas e econômicas

Manejo de espécies de crescimento lento em florestas maduras: atualmente, abrem-se novas oportunidades e nichos de mercado para tecnologia de uso de madeiras nobres, especialmente no emprego de artefatos de pequenas dimensões como a fabricação de tacos de assoalho, molduras, esquadrias, revestimentos, capas decorativas, partes e peças de móveis. Esses produtos apresentam excelente potencial para aprimoramento da qualidade, e por decorrência, para agregação de valor aos recursos florestais. A possibilidade de uso de pequenas peças de madeira também aumenta o aproveitamento de cada árvore produzida, fator importante considerando-se que o número delas nos remanescentes florestais é pequeno.

Dentro dessa categoria, as espécies são manejadas em seu ambiente natural, onde ocorre a exploração controlada das populações. Assim, para atender à exploração contínua, faz-se necessário conhecer aspectos relacionados à auto-ecologia das espécies a serem manejadas, especialmente demografia, produção de biomassa, regeneração, estrutura genética e biologia reprodutiva.

Manejo de espécies de crescimento rápido em florestas secundárias: as florestas secundárias ou formações florestais secundárias são florestas regeneradas naturalmente após alguns ▶

anos de uso da terra com culturas anuais ou pastagens, ou seja, após a supressão total da vegetação. A recomposição da vegetação, chamada de sucessão ecológica, é um processo gradual de substituição de espécies – daquelas capazes de utilizar recursos limitados e condições adversas do meio, física e biologicamente degradado, por espécies que requerem melhores condições biofísicas do ecossistema. O processo de sucessão é, portanto, um lento aumento da complexidade do ecossistema, através do aumento do número de espécies e, principalmente, do número de interações entre espécies e dessas com o meio físico.

Grande parte das florestas remanescentes na Região Sul são, na verdade, formações florestais secundárias. Assim, por sua própria natureza, são formadas principalmente por espécies de crescimento rápido. Por isso mesmo, essas formações são tidas como de pouco valor para o propósito de produção de madeira; percepção muito natural considerando-se que a região era, até há pouco tempo, abundante em espécies produtoras de madeiras nobres. O valor de mercado da madeira dessas espécies nunca se realizou porque, por muito tempo, houve suficiente suprimento de “madeiras-de-lei” alimentado pelo rápido processo de desmatamento em toda a região e também porque, após o esgotamento dessas, a oferta de madeiras com baixo preço vindas da Amazônia e a introdução de exóticas cobriu a demanda regional.

O caso do jacatirão-açu (*Miconia cinammomifolia*) é um exemplo emblemático. A espécie forma associações quase puras que caracterizam um estágio arbóreo pioneiro, com grande densidade de indivíduos. Além disso, a quantidade dessas associações presentes no litoral de Santa Catarina e do Paraná é muito grande. Por conta da combinação desses fatores, o jacatirão-açu apresenta um volume de madeira fabuloso, inexplicavelmente estocado na propriedade de agricultores em dificuldades financeiras.

A exploração dessa e de muitas outras espécies de crescimento rápido das formações florestais da Mata Atlântica traria como benefício direto uma nova e imediata fonte de renda para os agricultores da região. Mas, e talvez principalmente, promoveria a conservação dos remanescentes florestais pelos agricultores, que passariam a vê-los como um valioso recurso.

A urgência de uma política florestal para a Região Sul

O manejo de formações secundárias para a produção de madeira e outros produtos florestais é considerado, não raro, uma ameaça à conservação ambiental na Região Sul. Entretanto, tornar os remanescentes florestais produtivos e economicamente viáveis pode revelar-se uma valiosa alternativa para os pequenos agricultores da região da Mata Atlântica, há décadas confrontados com sucessivas crises da agricultura moderna.

Tornar os remanescentes florestais produtivos e economicamente viáveis pode revelar-se uma valiosa alternativa para os pequenos agricultores da região da Mata Atlântica

Infelizmente, até hoje o grande potencial florestal da região foi apreciado e realizado somente por iniciativa de alguns setores industriais. Está ainda longe no horizonte uma iniciativa concreta do poder público de elaborar e implementar uma verdadeira política florestal para a região. O que se tem visto, repetidamente, são políticas que se manifestam na forma de novas legislações, que invariavelmente aumentam o rol

do que não é permitido fazer, uma estratégia que aprofunda o fosso existente entre agricultores e conservacionistas.

As ciências ambientais dizem que as florestas produzem serviços ambientais indispensáveis e, por isso, devem ser conservadas. Poucos discordam dessa tese. O que normalmente não é dito, entretanto, é que a conservação tem um custo. Mesmo deixar as florestas intocadas tem o custo da oportunidade de outros usos da terra, muito alto para o nosso agricultor. Assim, pode ser ecologicamente desejável restringir drasticamente o uso dos ecossistemas florestais para que produzam o máximo de serviços ambientais, mas é socialmente injusto fazer isso às expensas dos agricultores. Se a todos interessam os serviços ambientais, uma possibilidade de promover justiça seria cobrar de todos essa conta e pagar aos agricultores pela produção desses serviços. Outros países do terceiro mundo, como a Costa Rica, já adotaram essa prática. Uma política alternativa a essa abordagem, mas não excludente, é o uso planejado e incentivado das florestas, baseado nos resultados de pesquisa já disponíveis e nos recursos da “aprendizagem social”, um processo em que se integram construção de conhecimento e desenvolvimento local, no qual participam pesquisadores, comunidades e agências governamentais.

Florestas manejadas em várias intensidades é sinônimo de diversidade de ambientes e, portanto, sinônimo de biodiversidade. Assim, “agricultores silvicultores” podem tornar-se agentes promotores de biodiversidade. É dever do poder público, através das suas agências ambientais, e de quantos mais houver interessados na questão, planejar e implementar as estratégias necessárias para resgatar o papel das florestas no processo de desenvolvimento das comunidades rurais e o papel dos agricultores na conservação das florestas, estabelecendo um ciclo em que todos ganham. ■